

 WEB JORNALISMO

02

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria inspeciona obras de Penitenciária Regional no município de Gurinhém

[Mais informações clique aqui](#)

04

• JORNAL DA PARAÍBA

Quem errou e mandou prender professora por crime cometido quando ela tinha 10 anos?

[Mais informações clique aqui](#)

• ANADEP

PB: DPE inspeciona obras de Penitenciária Regional no município de Gurinhém

[Mais informações clique aqui](#)

• CLICK PB

Idosa é vítima de golpe do empréstimo em quase R\$ 37 mil na Paraíba; Justiça determina suspensão do pagamento das parcelas

[Mais informações clique aqui](#)

• BLOG DO BRUNO GIOVANNI

Quem errou e mandou prender professora por crime cometido quando ela tinha 10 anos?

[Mais informações clique aqui](#)

• SE LIGA PB

Idosa é vítima de golpe do empréstimo em quase R\$ 37 mil na Paraíba; Justiça determina suspensão do pagamento das parcelas

[Mais informações clique aqui](#)

• PARAÍBA DIA A DIA

Defensoria suspende cobrança de empréstimo feito por golpistas em nome de idosa com câncer

[Mais informações clique aqui](#)

05

• DIAMANTE ONLINE

Quem errou e mandou prender professora por crime cometido quando ela tinha 10 anos?

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Mais de 30 casais oficializam matrimônio em casamento coletivo voltado a pessoas privadas de liberdade em JP

[Mais informações clique aqui](#)

• PARLAMENTO EM DESTAQUE

Idosa é vítima de golpe do empréstimo em quase R\$ 37 mil na Paraíba; Justiça determina suspensão do pagamento das parcelas

[Mais informações clique aqui](#)

06

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo da Paraíba e TJPB celebram união de 35 casais em casamento coletivo de pessoas privadas de liberdade

[Mais informações clique aqui](#)

• CLICK PB

Prédio do antigo Hotel Tropicana será demolido para construção da nova sede da Defensoria Pública da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

• CORREGEDORIA TJPB

Mais de 30 casais oficializam matrimônio em casamento coletivo voltado às pessoas privadas de liberdade da Capital

[Mais informações clique aqui](#)

• MPF

Ministério Público e Defensorias recomendam medidas para garantir acesso à água potável em comunidade na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

07

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Palestra encerra campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher

[Mais informações clique aqui](#)

• DEBATE PARAÍBA

Jurisdicionado conta com titular na 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa

[Mais informações clique aqui](#)

• PARLAMENTO PB

Iphaep aprova demolição do Hotel Tropicana para construção da nova sede da Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo da Paraíba vai dar início à Regularização Fundiária da Comunidade do Aratu, em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA

Polícia Civil prende suspeito de tráfico no Centro de Campina Grande

[Mais informações clique aqui](#)

• MPPB

MPPB participa de curso de formação para conselheiros tutelares de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• PARAÍBA DIA A DIA

Iphaep aprova demolição do antigo Hotel Tropicana para construção da nova sede da Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria acompanha cumprimento de remição de pena por estudo de apenados

[Mais informações clique aqui](#)

• NORDESTE 1

Prédio do antigo Hotel Tropicana será demolido para construção da nova sede da Defensoria Pública da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL T5

Iphaep aprova demolição do antigo Hotel Tropicana; espaço será sede da DPE

[Mais informações clique aqui](#)

• HELENO LIMA

Prédio do antigo Hotel Tropicana será demolido para construção da nova sede da Defensoria Pública da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

• MPMT

Mais de 30 casais oficializam matrimônio em casamento coletivo voltado a pessoas privadas de liberdade em JP

[Mais informações clique aqui](#)

• BLOG DO DÉRCIO

Antigo Hotel Tropicana será demolido para construção da nova sede da Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• F5 ONLINE

Iphaep aprova demolição do antigo Hotel Tropicana para construção de nova Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Iphaep aprova demolição do antigo Hotel Tropicana para construção da nova sede da DPE

[Mais informações clique aqui](#)

• CLICK PB

Prédio do antigo Hotel Tropicana será demolido para construção da nova sede da Defensoria Pública da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

08

• REPÓRTER PB

Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

08

• WSCOM

Defensoria Pública consegue cessão de terreno para construção de nova sede no centro de JP



[Mais informações clique aqui](#)

• BLOG DO BRUNO LIRA

Conquista: Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

• DIÁRIO DO SERTÃO

Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

• PALAVRA PB

Iphaep aprova demolição do antigo Hotel Tropicana; espaço será sede da DPE

[Mais informações clique aqui](#)

• SÃO BENTO EM FOCO

Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

• BLOG DO MARCOS LIMA

Iphaep aprova demolição do antigo Hotel Tropicana para construção da nova sede da Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

• POLÊMICA PARAÍBA

Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DIÁRIO

Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

09

• COFEMAC

Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

10

• BLOG DO GERALDO ANDRADE

Conquista : Com ação de Wilson Santiago, Defensoria Pública da Paraíba tem cessão de terreno para construção de nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

11

• TJPB

Reinserção: Campanha Vestuário Social segue arrecadando roupas para egressos do sistema prisional

[Mais informações clique aqui](#)

• FATO A FATO

SÍLVIASOCIAIS! Confraternização da Defensoria em GBA comemora serviços à população

[Mais informações clique aqui](#)

12

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo da Paraíba e TJPB celebram união de 35 casais em casamento coletivo de pessoas privadas de liberdade

[Mais informações clique aqui](#)

• PARAÍBA ONLINE

João e Cícero anunciam obras e medidas econômicas para o Centro de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• GOVERNO DA PARAÍBA

João Azevêdo e Cícero Lucena anunciam obras e medidas econômicas para fomentar comércio, turismo e habitação no Centro de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

13

• REPÓRTER PB

Defensora Pública-geral da PB ressalta empenho de Wilson Santiago e Wilson Filho para viabilizar nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

• BLOG DO MARCOS LIMA

Último do ano – Defensores públicos atendem população de Lucena nesta quinta-feira (14)

[Mais informações clique aqui](#)

• DIÁRIO DO SERTÃO

VÍDEO: Defensora Pública-geral da PB ressalta empenho de Wilson Pai e Wilson Filho para viabilizar nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

• JORNAL DA PARAÍBA

Veja as medidas anunciadas pelo governo da Paraíba e prefeitura para 'ressuscitar' o Centro de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• CLICK PB

Assembleia aprova projeto que concede isenção do 'imposto de herança' para imóveis do Centro Histórico de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• PARAÍBA MASTER

Saiba detalhes do "Viva o Centro", programa para fomentar comércio, turismo e habitação na Capital

[Mais informações clique aqui](#)

• POLÊMICA PARAÍBA

Defensora Pública-geral da PB ressalta empenho de Wilson Santiago e Wilson Filho para viabilizar nova sede

[Mais informações clique aqui](#)

• PB NEWS

João Azevêdo e Cícero Lucena anunciam obras e medidas econômicas para fomentar comércio, turismo e habitação no Centro de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

14

• OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR

Coletiva de Estudos para pessoas trans e travestis será lançada na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Tribunais do Júri da Capital realizam 706 atos judiciais em nove meses de esforço concentrado

[Mais informações clique aqui](#)

• CORREIO BRAZILIENSE

'Coletiva de Estudos' para pessoas trans será lançada na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

• BOLETIM CLASSIFICADOR

Casamento coletivo no Sistema Penitenciário é importante medida de ressocialização

[Mais informações clique aqui](#)

• JORNAL GGN

Coletiva de Estudos para pessoas trans e travestis será lançada na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

16

• PORTAL DA CAPITAL

Núcleo de Mediação registra crescimento de quase 270% em processos homologados em um ano



[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Emoção: Encenação do Auto de Natal marca encerramento da Campanha Natal Solidário 2023

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública e Faculdade Três Marias inauguram Núcleo de Práticas Jurídicas

[Mais informações clique aqui](#)

17

• CEHAP

Governo do Estado assina convênio com a SPU para regularização fundiária da comunidade de pescadores da praia da Penha, em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

18

• CEHAP

Governo do Estado assina convênio com a SPU para garantir Regularização Fundiária da Comunidade de Pescadores da Praia da Penha, em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• POLÊMICA PARAÍBA

Governo do Estado assina convênio com a SPU para garantir Regularização Fundiária da Comunidade de Pescadores da Praia da Penha, em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• TJPB

Cejusc Saúde firma mais de 90% em acordos conciliatórios no seu primeiro ciclo de audiências virtuais

[Mais informações clique aqui](#)

• INFORMA PARAÍBA

Governo do Estado assina convênio com a SPU para garantir Regularização Fundiária da Comunidade de Pescadores da Praia da Penha, em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

19

• JORNAL DA PARAÍBA

Orçamento prevê mais de R\$ 33 milhões de emendas parlamentares para Segurança da Paraíba, diz Wilson Santiago

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoras recebem homenagem por atuação em defesa dos direitos das pessoas trans

[Mais informações clique aqui](#)

• A PALAVRA ONLINE

Defensoria Pública atende em regime de plantão durante o recesso forense

[Mais informações clique aqui](#)

• JORNAL DA PARAÍBA

Saiba onde governo pretende instalar Casa da Mulher Brasileira de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

• SÃO BENTO EM FOCO

Orçamento prevê mais de R\$ 33 milhões de emendas parlamentares para Segurança da Paraíba, diz Wilson Santiago

[Mais informações clique aqui](#)

20

• CONCEIÇÃO VERDADE

Processo de regularização fundiária avança em João Pessoa e pode beneficiar cerca de 2 mil famílias

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Processo de regularização fundiária avança em João Pessoa e pode beneficiar cerca de 2 mil famílias

[Mais informações clique aqui](#)

23

• ESPAÇO PB

Carta ao Polo Norte é “extraviada”, mas menina paraibana tem desejo atendido

[Mais informações clique aqui](#)

• ESPAÇO PB REVISTA A SEMANA

Papai Noel existe: carta ao Polo Norte é “extraviada”, mas menina paraibana tem desejo atendido

[Mais informações clique aqui](#)

• SISTEMA DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO

Defensoria Pública em Sousa auxilia LGBTQIAPNB+ em retificação e alteração de prenome e gênero

[Mais informações clique aqui](#)

24

• MAIS PB

Menina pede ao Papai Noel nome dos pais adotivos e tem o desejo de Natal atendido

[Mais informações clique aqui](#)

• G1 PB

Menina escreve carta a Papai Noel e ganha o direito de ter os sobrenomes dos pais adotivos no registro civil

[Mais informações clique aqui](#)

• JORNAL DA PARAÍBA

Menina escreve carta a Papai Noel e ganha os sobrenomes dos pais adotivos no registro civil

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL T5

Em carta ao Papai Noel, menina pede para ter sobrenome dos pais adotivos na PB

[Mais informações clique aqui](#)

• PARAÍBA MIX

No Cariri: após cartinha para Papai Noel, criança recebe nome de pais adotivos no registro

[Mais informações clique aqui](#)

• TERRA

Carta ao Papai Noel: menina pede sobrenomes dos pais adotivos e ganha direito em cartório



[Mais informações clique aqui](#)

• CONCEIÇÃO VERDADE

Menina escreve carta a Papai Noel e ganha o direito de ter os sobrenomes dos pais adotivos no registro civil

[Mais informações clique aqui](#)

• PALAVRA PB

Menina escreve carta a Papai Noel e ganha o direito de ter os sobrenomes dos pais adotivos no registro civil

[Mais informações clique aqui](#)

• NOTÍCIA PARAÍBA

Menina escreve carta a Papai Noel e ganha o direito de ter os sobrenomes dos pais adotivos no registro civil

[Mais informações clique aqui](#)

25

• ALAGOAS 24 HORAS

Menina escreve carta a Papai Noel e ganha o direito de ter os sobrenomes dos pais adotivos no registro civil

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública lança guia informativo para auxiliar presos e seus familiares

[Mais informações clique aqui](#)

• BLOG DO ERBI

Menina escreve carta a Papai Noel e ganha o direito de ter os sobrenomes dos pais adotivos no registro civil

[Mais informações clique aqui](#)

• A PALAVRA ONLINE

Defensoria Pública lança guia informativo para auxiliar presos e seus familiares

[Mais informações clique aqui](#)

• MAIS PB

Defensoria Pública lança guia informativo para auxiliar presos e seus familiares

[Mais informações clique aqui](#)

• F5 ONLINE

Defensoria Pública lança guia informativo para auxiliar presos e seus familiares

[Mais informações clique aqui](#)

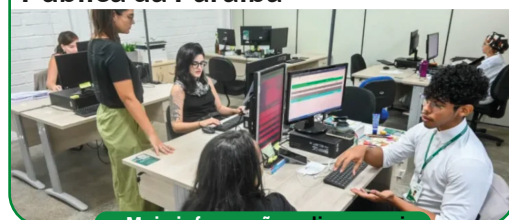
• HERMES DE LUNA

Defensoria Pública lança guia para auxiliar presos e familiares

[Mais informações clique aqui](#)

• PARAÍBA MASTER

Quase 3 mil atendimentos a pessoas privadas de liberdade foram realizados pela Defensoria Pública da Paraíba



[Mais informações clique aqui](#)

26

27

29

• IBDFAM

Menina terá sobrenomes de pais adotivos em documentos oficiais após enviar carta ao Papai Noel

[Mais informações clique aqui](#)

• HELENO LIMA

Núcleo da Defensoria em Campina comemora aumento na resolução das demandas de saúde em 2023

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Núcleo de Atendimento de Campina Grande comemora aumento na resolução das demandas de saúde em 2023

[Mais informações clique aqui](#)

• RADAR SERTANEJO

Coordenadoria da DPE realiza quase 3 mil atendimentos a presidiários e seus familiares

[Mais informações clique aqui](#)

• MAIS PB

Defensoria faz quase 3 mil atendimentos a pessoas privadas de liberdade

[Mais informações clique aqui](#)

• CONCEIÇÃO VERDADE

Coordenadoria da DPE atende quase 3 mil pessoas privadas de liberdade e seus familiares em 2023

[Mais informações clique aqui](#)

• PORTAL DA CAPITAL

Coordenadoria da DPE atende quase 3 mil pessoas privadas de liberdade e seus familiares em 2023

[Mais informações clique aqui](#)

05/12

- Saiba o que diz a lei sobre excesso de ligações de cobranças; especialista explica - (Entrevista com o defensor público Marcos Freitas) TV CABO BRANCO - BOM DIA PARAÍBA



ASSISTIR

07/12

- Prédio do antigo 'Tropicana vai ser demolido para novo prédio da sede da defensoria pública da Paraíba - TV CORREIO - CORREIO DEBATE



ASSISTIR

11/12

- Entrevista com a defensora pública-geral Madalena Abrantes sobre o balanço das atividades da DPE-PB em 2023



ASSISTIR

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Violações aos direitos aumentam

Dados fazem parte do Anuário de Segurança Pública 2023 e revelam várias violências contra vítimas de até 17 anos

Alinne Simões
alinnesimoesjp@gmail.com

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, o país apresentou no último ano aumento da violência contra crianças e adolescentes. Os números impressionantemente altos extrapolam as estatísticas anteriores à pandemia de Covid-19. Os dados foram coletados a partir dos registros dos crimes de abandono de incapaz, abandono material, maus-tratos, lesão corporal no contexto de violência doméstica, pornografia infantojuvenil, exploração sexual infantil, estupro e mortes violentas intencionais.

Na Paraíba, por exemplo, em números totais houve uma pequena redução de 4,2% no crime de abandono de incapaz, de 25,3% de maus-tratos, de 33,3% de pornografia infantojuvenil e de 58,3% de abandono de materiais. Porém, quando falamos dos crimes de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica e exploração sexual infantil não há motivo para comemorar. Principalmente, em relação ao crime de exploração sexual infantil que apresentou um aumento vertiginoso de 600%, tendo como principais vítimas crianças e adolescentes na faixa de 10 a 17 anos de idade. Já a lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica subiu para 15,2% em relação ao ano anterior.

Segundo Adhailton Lacet, juiz da Infância e Adolescência de João Pessoa, as principais violações registradas no município são de violência física, sexual, material e intelectual. "Aqui, a mais comum que a gente tem visto primeiro é o abandono, a violência intelectual, quando os filhos ficam fora da sala de aula. A violência sexual e, em quarto lugar, vem a violência física. Muitas vezes essas duas são cometidas ao mesmo tempo".

Além destas, ele destaca que a violação de direitos também pode ser uma violência. Ela tanto pode acontecer por parte da família como do poder público. "É a chamada violência institucional, que vem de quem deveria cuidar das crianças". Isso acontece, por exemplo, quando o município não oferece uma escola de qualidade, uma creche. Ele está cometendo uma violação



Anuário 2023 também apontou que a lesão corporal dolosa, em contexto de violência doméstica, subiu para 15,2% em relação ao ano de 2022

institucional contra criança e adolescente.

Adhailton destaca ainda questões sociais como um dos principais agravantes na incidência desses crimes. "Estou há nove anos na Vara da Infância e Juventude e, se eu recebi dois casos de violência praticadas contra crianças pertencentes a classe A, eu recebi muito. Pode até existir, mas se existir há uma subnotificação. Essa violência nas classes altas não chega às autoridades".

Como denunciar?

O juiz aconselha que se a pessoa presenciar ou tiver conhecimento que uma criança ou adolescente sendo violentada, o primeiro passo é contatar o Conselho Tutelar daquela região. "Aqui em João Pessoa temos sete conselhos tutelares. Cada conselho é composto por cinco conselheiros, então, são 35 conselheiros para atender aquela região". Pode também acionar o Ministério Público, a Vara da Infância ou até mesmo em último caso, a Defensoria Pública.

"Mas indo direto no conselho ele já tem por obrigação institucional de ir à casa

da criança, saber o que houve e, se for o caso, retirar essa criança. Se houver resistência ele procura a justiça, que manda a força policial acompanhar também o conselho tutelar".

Desse modo, quando o Conselho Tutelar intervém ele vai acolher aquela criança e encaminhá-la para uma instituição de acolhimento e, após 24h, deve comunicar à Justiça para que o juiz emita um guia de acolhimento e tome todas as medidas cabíveis.

Assistência à vítima

Adhailton Lacet explica que a criança que é vítima de maus-tratos passa por um processo de acolhimento e que, em um caso excepcional, se for preciso retirá-la de casa, a criança será encaminhada para uma instituição que é provisória, por, no máximo, 18 meses. Ou para um serviço de família acolhedora, que é uma família capacitada para receber crianças de uma determinada faixa etária; ou para um parente, "que é o que a gente chama de família ampliada", explica.

"Se, por exemplo, o pai for o agressor, toma-se uma medida: ele pode ser preso, afastado

da casa, aplicada uma medida protetiva para ele não se aproximar da criança e nem da casa e a criança vai receber por parte da Justiça da Infância e Juventude todo o acompanhamento necessário".

A vítima que for encaminhada para uma casa de acolhimento ou família acolhedora ficará até, no máximo, 18 meses, que é o prazo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. "A Família Acolhedora é um serviço estatal mantido pelo município, que é preferencial às instituições de acolhimento. Quando a criança estiver naquele serviço, a família já sabe que não pode adotar aquela criança. Ela só vai acolher", frisa.

Perfil de agressores

O juiz destaca que a maioria dos casos de maus-tratos às crianças e adolescentes acaba vindo, geralmente, de pessoas que são próximas às vítimas. Pode partir dos próprios pais, bem como de familiares e vizinhos. Ele cita casos como pais que fazem uso de drogas, álcool ou até mesmo estão envolvidos com o tráfico. "São pessoas que, muitas vezes, já têm histórico de violência ou foram abusa-

das em sua infância e reverteram isso nos filhos".

Nas situações de crimes sexuais, ele frisa que o assédio se dá por "amigos, parentes, por vizinhos, pessoas que gozam da confiança da criança e da família". Ou seja, são pessoas que em um primeiro momento estão acima de quaisquer suspeitas. Por isso,

é muito importante os adultos prestarem atenção aos sinais que as crianças emitem quando estão sendo abusadas. "Elas ficam um pouco temerosas na frente do agressor, cai o rendimento escolar, muda o comportamento, fica um pouco agressiva e, muitas vezes, com sinais físicos e hematomas na genitalia".

Redes de Apoio

Conselho Tutelar
Cras
Creas
Secretarias de assistência social
Secretarias de saúde
Secretaria de Habitação
Ministério Público da Paraíba
Defensoria Pública

Dados de maus-tratos à crianças e adolescentes em JP

Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO): 18 ocorrências

Inquérito Policial (IPL): 236 ocorrências
"crimes de menor potencial ofensivo"

Fonte: Delegacia de Repressão aos crimes contra infância e juventude de João Pessoa

Senhora juíza, o antônimo de urbanidade é grosseria

Em abril de 2019, o Governo Federal editou o Decreto 9.758, que trata sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. A partir da vigência de tal ato administrativo, ficou vedado na comunicação oral ou escrita com agentes públicos federais o uso de algumas formas de tratamento que têm forte elo com o exercício equivocado da autoridade.

O decreto, que já tem quatro anos de publicado, determina que "o único pronome de tratamento utilizado na comunicação com agentes públicos federais é "senhor/senhora", independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião. Importante: vale inclusive para presidente.

Ou seja, aquelas conhecidas formas de tratamento que tanto ouvimos em cerimônias e documentos oficiais, como "Vossa Excelência ou Excelentíssimo; Vossa Senhoria; Vossa Magnificência; doutor; ilustre ou ilustríssimo; digno ou digníssimo; e respeitável" estão abolidas.

Atenção a dois trechos do decreto: "O agente público federal que exigir o uso dos

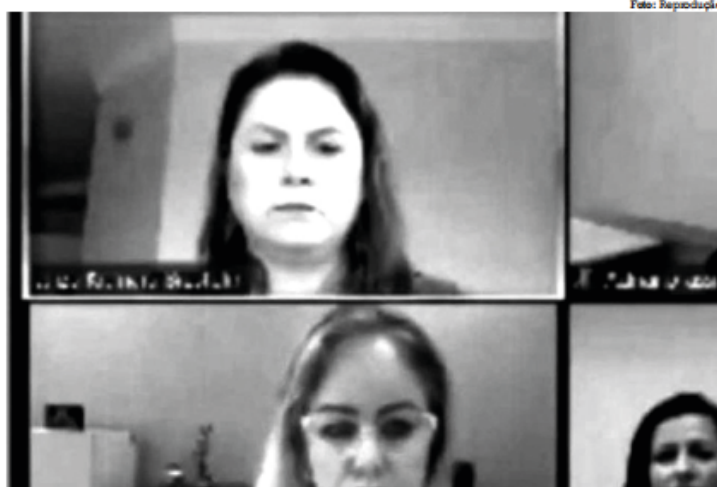


Foto: Reprodução

pronomes de tratamento de que trata o caput, mediante invocação de normas especiais referentes ao cargo ou carreira, deverá tratar o interlocutor do mesmo modo"; e "É vedado

negar a realização de ato administrativo ou admoestar o interlocutor nos autos do expediente caso haja erro na forma de tratamento empregada".

Resgato esse decreto na esteira de um vídeo que ganhou as manchetes e as redes sociais ao longo da semana, no qual uma juíza do trabalho substituta, de Santa Catarina, humilha em altos decibéis um cidadão comum que participava da audiência em curso na condição de testemunha. Na sessão virtual, a juíza exigiu, aos gritos, ser tratada por "excelência".

O Decreto 9.758 não se aplica a agentes públicos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, da **Defensoria Pública**, do Ministério Público ou de outros entes federativos. Desconheço se há ato administrativo semelhante nessas esferas. Mas o Decreto 9.758 deveria servir de exemplo.

Quando você é servidor público, você assume um cargo para servir à sociedade. E comunicar-se com os cidadãos e as cidadãs de forma empática e respeitosa é o mínimo que se pede. No caso de magistrados, equilíbrio, humildade e serenidade parecem-me atributos essenciais. Urbanidade – está em qualquer dicionário – é um substantivo feminino. Significa "educação, civilidade". O antônimo de urbanidade, senhora juíza, é grosseria.

Seap-PB realiza casamento coletivo

Solenidade confirmou a união civil de 43 casais formados por apenados do sistema penitenciário do Estado

Sara Gomes
sara.gomes@reporte-uniao@gmail.com

Com Redação

O Sistema Penitenciário da Paraíba realizou o primeiro casamento coletivo de reeducandos com cerimônia para 43 casais. Apenas na Penitenciária Desembargador Silvío Porto foram 35 casais beneficiados. A cerimônia ocorreu no Centro Estadual de Formação de Professores, em Mangabeira 8. À tarde, foi realizado o casamento de mais oito casais, em um presídio da capital.

Para que a cerimônia fosse possível, o Programa Cidadão, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (Sedh) em parceria com a Receita Federal, regularizou a documentação dos noivos. O casamento coletivo é promovido pela Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba (Seap) e o Conselho da Comunidade de João Pessoa, em parceria com a Vara de Execução Penal de João Pessoa, Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça da Paraíba, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado da Paraíba (Arpen-PB), a Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB) e o 1º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de João Pessoa.

Para a juíza da Vara de Execução Penal (VEP) da Comarca de João Pessoa, Andréa Arcoverde Cavalcanti, a celebração marcou como um dia muito feliz para a Vara de Execução Penal, Seap e Conselho da Comunidade, que conseguiram concretizar o casamento coletivo. "Esse projeto fortalece os vínculos familiares, pois sabemos que a família é fundamental no processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade. O maior sonho dos reeducandos é a liberdade e o das noivas é viver em paz com sua família. A Vara de Execução Penal vai continuar lutando

Realização de união coletiva foi possível devido aos esforços de diversos órgãos do Estado e Justiça e do Conselho de Comunidade

por vocês e pela garantia dos seus direitos e preparando os processos quando o dia da liberdade chegar", frisou.

Em sua fala, o secretário da Seap, João Alves, agradece o apoio de todos os órgãos envolvidos para a realização do casamento coletivo, lembrando as dificuldades diante da complexidade da situação. Todos os órgãos procurados tiveram muita boa vontade em atender às nossas solicitações. É uma satisfação como secretário presenciar a concretização desse casamento coletivo. Recebi muitas ponderações dizendo que seria difícil, arriscado e complexo. Eu ocupo este cargo para assumir responsabilidades e o faço com afinco, pois estou apoiado por uma equipe de policiais penais e diretores, que me incentivam a vencer desafios no sistema prisional", disse.

Em sua fala, o policial penal e presidente do Conselho da Comunidade de João Pessoa, Thiago Robson Lopes, mencionou a rotina perseverante dos familiares dos reeducandos que enfrentam obstáculos diários. "Temos famílias muito fortes e unidas, que nos dão exemplo de como superar as dificuldades. Historicamente, os familiares de apenados passam por um processo de estigma muito grande. Nenhum pai sabe que seu filho visita um familiar na prisão, pois, se tomar conhecimento, a probabilidade de demissão é alta", disse.



Cerimônia seguiu todos os rituais e emocionou as dezenas de casais de noivos e os convidados

Histórias de amor e superação marcaram o cotidiano dos noivos

O casal José Fernandes Costa e Claudenice Mendes se conheceu há 28 anos, quando ela ia visitar o irmão apenado. "Como meu irmão e ele eram amigos lá, José pediu para que me apresentasse. Foi quando a gente começou a conversar. Esta moçoquinha desde 1995", contou. Apesar de o ter conhecido de forma inusitada, eles têm uma relação de companheirismo e amor muito forte. Tanto é que dessa união existe um filho, hoje com 15 anos. "Hoje estamos realizando o nosso maior sonho, o matrimônio. Graças a Deus já está perto dele sair da prisão", disse.

Josimar Ângelo de Lima e Bruna Ângelo Andrade se conheceram e ao se unirem, dizem quebraram paradigmas. Eles se conheceram no Silvío Porto em 2020. "Existem pessoas que pensam que um casal homoafetivo não pode construir família. Estamos muito felizes com essa celebração tão linda. Recebemos muito apoio da Seap, Vara de Execução Penal e da penitenciária".

De acordo com a defensora pública geral, Madalena Abrantes, o órgão através do Núcleo de Execução Penal re-

queriu à Anoreg (Associação dos Notários e Registradores da Paraíba) a gratuidade nas certidões de casamento. "Vocês estão dando um grande passo, desejamos que vocês sejam muito felizes. Quando saírem do sistema prisional evoluam profissionalmente e criem uma família baseado no respeito e igualdade".

Avanços

O presidente do conselho contextualiza os cinco avanços em relação à família do reeducando, de 1928 até 2023. "O primeiro avanço para os familiares foi a criação, em 2011, da Gerência Executiva de Ressocialização, cujos eixos são trabalho, educação e família. Em 2019 a Lei nº 11.449 instituiu a Semana Estadual de Assistência aos Familiares dos Reeducandos para discutir políticas públicas nessa perspectiva. Outro avanço foi o Guia do Visitante, que está disponível no site do Governo do Estado informando direitos e deveres. O Prima, que ensina música clássica aos filhos dos reeducandos, utilizando a música como instrumento de inclusão social e prevenção à criminalidade. E, por último, casamento co-

letivo, em que o Poder Público deseja que os laços familiares sejam fortalecidos", elencou.

O Programa de Inclusão Social Através da Música e das Artes (Prima) ensina música clássica aos filhos dos reeducandos do sistema prisional. O projeto é realizado pela Secretaria da Cultura e da Educação em parceria com a de Administração Penitenciária. O Prima tem realizado concertos, segundo o diretor de Gestão, Milton Dornellas, em unidades prisionais para apresentá-los aos familiares dos reeducandos. Estão sendo oferecidas 230 vagas em 2023. "O projeto é uma oportunidade de utilizar a música como ferramenta de inclusão, crescimento pessoal e socialização", disse. Existem 17 polos do Prima, distribuídos em 14 municípios da Paraíba.

Estiveram na solenidade o diretor da Penitenciária Silvío Porto, Geraldo Ricy, o corregedor-geral, desembargador Carlos Beltracy, a defensora pública geral do Estado, Madalena Abrantes, a secretária de Estado da Mulher e Diversidade Humana, Lídia Moura e o secretário-chefe do Gabinete do Governo, Roberto Paulino.



“É uma satisfação como secretário presenciar a concretização desse casamento. Estou apoiado por uma equipe que me incentiva a vencer desafios no sistema prisional

João Alves



“Esse projeto fortalece os vínculos, pois a família é fundamental nesse processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade

Andréa Arcoverde Cavalcanti



Atualmente, a Defensoria Pública funciona num prédio alugado; nova sede abrigará todo atendimento em um só local

PROJETO APROVADO

Iphaep aprova demolição do antigo Hotel Tropicana

Espaço abrigará a construção da nova sede da Defensoria Pública da Paraíba

O Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) aprovou, ontem, os projetos de demolição do Hotel Tropicana e construção da futura sede da Defensoria Pública do Estado no local. O relator da matéria, o secretário de Estado da Cultura, Pedro Santos, emitiu um parecer favorável aos projetos, elaborados pela equipe de Engenharia e Arquitetura da DPE-PB.

Para a defensora pública-geral da Paraíba, Madalena Abrantes, a aprovação dos projetos é motivo de celebração para a instituição, que poderá concentrar, em um só prédio, todo o atendimento da Defensoria na cidade de João Pessoa. “A Defensoria

sofre com um problema crônico de instalação. O único prédio da instituição mal comporta os setores administrativos e o atendimento ao público é feito de forma precarizada, em prédios alugados”, pontuou Madalena.

O antigo prédio do Hotel Tropicana foi cedido à DPE-PB em 2018 pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), mas a estrutura da edificação não serve às necessidades da Defensoria, além de ter sido condenada por um corpo técnico.

O sub-defensor público Institucional Ricardo Barros participou remotamente da reunião do Iphaep. Em defesa do projeto, ressaltou os aspectos técnicos e de adaptação que foram considerados, em conformidade com a

legislação do instituto, para proporcionar maior acessibilidade e conforto aos assistidos pela Defensoria Pública.

“Essa iniciativa não apenas unificará as diversas unidades da Defensoria, concentrando-as em um único local, como também contribuirá para a revitalização da área central da cidade, em consonância com os planos do Governo do Estado e da Prefeitura de João Pessoa”, afirmou Ricardo Barros, acompanhado da coordenadora de Projetos da DPE, Elizabete Barbosa, do engenheiro Glauco Medeiros e da arquiteta Elizabeth de Sá Queiroga.

O esvaziamento do Centro da cidade também preocupa outros poderes, como o Legislativo e o Judiciário. A instalação da Defensoria

nas Trincheiras tem amplo apoio da Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Parceria

ADPE-PB também já conta com a parceria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que se comprometeu com a demolição da estrutura durante visita do prefeito Cícero Lucena à DPE-PB. A próxima etapa envolve a oficialização e o planejamento detalhado do projeto, onde a Defensoria Pública, em parceria com a Governo do Estado, buscará efetivar as ações necessárias para viabilizar a construção da nova sede, que terá uma contribuição fundamental para a cidade e para o acesso à justiça.

Lula lança plano para morador de rua

Presidente afirmou que o governo vai investir R\$ 982 milhões em ações do programa para beneficiar a população

Sofia Aguiar e
Caio Spechoto
Agência Estado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva responsabilizou o Estado pela existência de pessoas em situação de rua no Brasil. De acordo com o presidente, se ainda há pessoas sem moradia no país, a culpa é do Estado brasileiro.

As declarações ocorreram em evento de lançamento do Plano Nacional Ruas Visíveis ontem, no Palácio do Planalto. O investimento inicial previsto pelo Governo Federal é de R\$ 982 milhões. Dentre as autoridades presentes na cerimônia, estava o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

“Se essas pessoas (população em situação de rua) existem, tem culpa e a culpa não pode ser outra senão do Estado”, declarou. “Muitas vezes o Estado não cuida dessas pessoas, a sociedade não se importa com essas pessoas”.

Segundo o chefe do Executivo, “não há nada mais degradante na vida humana do que alguém não ter onde morar”. O presidente disse que irá construir casas para “todo mundo”, mas afirmou que a população em situação de rua terá prioridade.

A responsabilização do Estado pelas pessoas em situação de rua ocorre dias após Lula ter cobrado o Estado a pedir desculpas e fazer reparação às pessoas que foram segregadas por causa da hanseníase. “É preciso pedir desculpas e construir políticas públicas

Ações

O Plano Nacional Ruas Visíveis lançado ontem institui medidas que serão desenvolvidas pelo Governo Federal a partir de sete eixos

que isso é uma afronta, tem gente que acha que a gente não deveria estar cuidando de pobre, que a gente deveria estar governando para os ricos; está cheio de gente assim”, comentou. De acordo com o presidente, é preciso “convencer” as pessoas a serem mais solidárias.

Na fala, o chefe do Executivo destacou as eleições municipais de 2024 e disse ser importante a população ter conhecimento se os “candidatos estão preocupados com vocês”. “Ou a gente se dá conta da importância do processo democrático de uma cidade ou sempre vai estar colocando nossos inimigos.”

O plano nacional lançado ontem institui medidas que serão desenvolvidas a partir de sete eixos: Assistência Social e Segurança Alimentar; Saúde; Violência Institucional; Cidadania, Educação e Cultura; Habitação; Trabalho e Renda; e Produção e Gestão de Dados.



Na solenidade, o presidente Lula responsabilizou o Estado pela existência de pessoas em situação de rua no país

A articulação para a realização do plano envolve 11 ministérios, em parceria com governos estaduais e municipais

CONGRESSO NACIONAL

Renan Calheiros afirma que a instalação da CPI da Braskem está prevista para hoje

Jorge Barbosa
Agência Estado

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Braskem no caso do afundamento do solo de cinco bairros de Maceió, capital de Alagoas, está prevista para hoje, às 15h, segundo a assessoria do senador Renan Calheiros (MDB). Ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), contudo, o senador disse que falta uma confirma-

ção exata da data e horário para o início das atividades de investigação.

A incerteza sobre a agenda ocorre em função da falta de uma definição a ser tomada pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), que é o membro mais antigo a participar da comissão e é responsável por presidir a primeira reunião de instalação. Segundo Calheiros, haverá uma reunião nesta terça-feira, às 11h, para discutir sobre a composição dos cargos. É esperado

que a comissão seja presidida pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) e Renan venha a ser o relator, repetindo a escalada da CPI da Covid-19. Questionado, Renan respondeu que não está costurando uma relatoria e já está muito satisfeito como membro, mas a definição sobre o assunto será feita na reunião de hoje.

O processo de investigação deve se debruçar sobre os eventuais crimes que podem ter sido cometidos pela Braskem. Segundo Calhei-

ros, haveria diversos conflitos de interesse presentes nos acordos feitos pela petroquímica e as instituições do poder público.

“A CPI é um instrumento para se construir uma solução para que a Braskem pague pelos crimes que cometeu. Há conflitos de interesse para todos os lados e isso é o que atrapalha uma solução global, em primeiro lugar, favorável às vítimas e seguido pelos municípios de Alagoas”, informou Calheiros.

EM DUÍDA

DEFENSORIA PÚBLICA

Van dos Direitos chega amanhã à cidade de Alcantil

A Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) leva o projeto Van dos Direitos para o município de Alcantil, Região Metropolitana de Campina Grande, nesta quinta-feira (14). Os atendimentos acontecem em frente à Secretaria de Assistência Social, das 8h às 14h. A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura Municipal.

A cidade de cerca de cinco mil habitantes, termo da Comarca de Boqueirão, receberá a oferta de atendimento jurídico da DPE nas áreas da Justiça Estadual, como Família, Cível e Fazenda Pública. Na oportunidade, os moradores da região poderão ingressar com ações, consultar processos, receber orientações jurídicas e educação em direitos.

Durante a presença da

unidade móvel, casos de união estável, separação, pensão alimentícia, regulação de visitas, tutela, aluguel, e outros relacionados às áreas judiciais e extrajudiciais poderão receber atendimento.

O roteiro da Van dos Direitos na Região Metropolitana de Campina Grande é organizado pelo Núcleo Regional da DPE-PB de Campina Grande, coordenado pelo defensor público Alípio Bezerra.

Documentação

Os interessados em obter assistência jurídica integral e gratuita na ação, deverão levar os documentos pessoais (RG, CPF e comprovante de residência), além dos documentos que tenham ligação com o as-

sunto para o qual desejam atendimento.

Atendimento

Apenas pessoas hipossuficientes, com renda familiar de

até três salários mínimos nacionais vigentes poderão ser atendidas pela Defensoria Pública. Estão previstas exceções desde que seja constatada pelo defensor (a) a vulnerabilidade no

caso concreto. São deduzidos da renda familiar mensal gastos extraordinários com saúde e outros gastos extraordinários entendidos como indispensáveis, temporários e previstos.



Roteiro da Van dos Direitos atenderá toda a Região Metropolitana de Campina Grande

Assembleia terá semana decisiva

Deputados vão analisar a LOA e o Plano Plurianual e devem votar as matérias na próxima terça-feira

Juliana Teixeira
julianateixeira@guai.com

Entra em análise na próxima semana na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) a Lei Orçamentária Anual (LOA 2024). De acordo com a mensagem enviada pelo Governo do Estado da Paraíba, o valor estimado para a proposta é de pouco mais de R\$ 19,4 bilhões. Além da LOA, também entra na pauta o Plano Plurianual (PPA). As matérias serão levadas à votação na terça-feira (19) e encerram o ano legislativo. A previsão é de que o texto seja aprovado sem dificuldades, tendo em vista que o governo tem maioria no parlamento estadual.

O último trâmite antes de chegar à votação em plenário ocorreu esta semana, quando a Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência da Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou os Projetos de Lei nº 1093/2023 e Lei nº 1.094/2023, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2024-2027, e que estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2024, respectivamente.

LOA 2024, o governador esclarece que o valor estimado da receita para o Estado da Paraíba totaliza R\$ 19,42 bilhões, o que representa o crescimento nominal de aproximadamente 10,165% em relação ao que estava previsto na lei orçamentária anterior.

O relator das matérias foi o deputado Branco Mendes que votou favorável aos dois pro-

■
A previsão é de que o texto seja aprovado sem dificuldades, tendo em vista que o governo tem maioria no parlamento estadual

jetos de leis, afirmando que ambos atendem aos requisitos constitucionais da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais leis de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos.

O Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 é, na verdade, o planejamento governamental e contém as Diretrizes, Programas Temáticos, Objetivos e Metas do Poder Executivo para despesas, bem como, para programas de duração continuada e a garantia de políticas públicas durante o período. Para construção do PPA o Governo do Estado realizou audiências públicas para a elaboração do texto, no mesmo instante da audiência para construção da Lei Orçamentária Anual. Foram 16 audiências em 14 regiões demarcadas pelo Orçamento Democrático Estadual - ODE.

Na Mensagem enviada à Assembleia, a Gestão Estadual destaca que o PPA da Paraí-

ba articula uma visão de futuro com o objetivo de construir "uma Paraíba em boa governança, sustentável, inteligente e inovadora, com cidadania e respeito às diversidades e aos povos tradicionais".

Caberá à Lei Orçamentária Anual (LOA) detalhar as despesas para cada ano de vigência do PPA aprovado hoje pela Comissão de Orçamento. O texto segue agora para ser apreciado em plenário pelos demais deputados em sessão ordinária. No caso do PL nº 1.094, em tramitação na Casa de Epitácio Pessoa, detalha as despesas de 2024.

Tanto o projeto de lei do PPA quanto da LOA, consideraram-se as seguintes mudanças estruturais no governo: a inclusão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior; e a criação do Programa Orçamentário de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Com relação aos valores previstos de duodécimos, o PLOA 2024 prevê: Assembleia Legislativa, R\$ 394,59 milhões; TCE, R\$ 184,16 milhões; Tribunal de Justiça, R\$ 860,64 milhões; Ministério Público, R\$ 332,77 milhões; e Defensoria Pública, R\$ 105,02 milhões. Os valores para os referidos Poderes e Órgãos são os aprovados na Lei nº 12.561 de 08 de fevereiro de 2023 - LOA 2023, vinculada à fonte/destinação de recurso "500 - Recursos não Vinculados de Impostos", acrescidos do percentual de 4%.

MAGISTRATURA

Fátima Maranhão fará parte da Comissão de Exame Nacional

A desembargadora do Tribunal de Justiça da Paraíba Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti Maranhão, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB), integrará a Comissão do Exame Nacional da Magistratura (Enam).

A indicação foi feita pelo ministro Mauro Campbell Marques, diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam), responsável pela realização do primeiro Enam, após a instituição do exame, que contará com a colaboração da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (Enam-TRT).

O Exame Nacional da Magistratura, instituído por meio da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 531/2023, é o processo seletivo nacional e unificado que confere habilitação para inscrição em concursos da magistratura promovidos pelos tribunais regionais federais, do trabalho, tribunais militares e tribunais dos estados e do Distrito Federal.

"A mão de Deus sempre



Fátima Maranhão foi indicada para desafio nacional

nos surpreende, ao nos colocar diante de singulares acontecimentos da vida", ressaltou a desembargadora Maria de Fátima Maranhão. Ela disse ter ficado bastante honrada com a indicação.

Segundo pontuou, as atividades serão pautadas em estrita observância às diretrizes do CNJ, destacando-se a Resolução nº 531, de 14 de novembro de 2023 e o Ato Normativo nº 0007429-42.2023.2.00.0000, que procederam significativas alterações na Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, dispondo sobre os concursos públicos para o ingresso

so na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.

"Dentro das atribuições que me forem confiadas, enviarei todos os esforços para, junto com os colegas integrantes desta comissão, desempenhar um trabalho digno da Magistratura Nacional, à altura das expectativas do CNJ, e consentâneo com o êxito das atividades exercidas pela Enfame pela Enam, escolas que têm a nobre missão de gerenciar a formação e aperfeiçoamento dos magistrados brasileiros", salientou a desembargadora Maria de Fátima Maranhão.

Assembleia vota, hoje, a LOA e o PPA

Relator das matérias é o deputado Branco Mendes, que votou favorável aos dois projetos de leis na comissão

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) deve votar hoje a Lei Orçamentária Anual (LOA 2024). De acordo com a mensagem enviada pelo Governo do Estado da Paraíba, o valor estimado para a proposta é de pouco mais de R\$ 19,4 bilhões. Além da LOA, também entra na pauta o Plano Plurianual (PPA). As matérias encerram o ano legislativo. A previsão é de que o texto seja aprovado sem dificuldades, tendo em vista que o governo tem maioria no parlamento estadual.

O último trâmite antes de chegar à votação em plenário ocorreu na semana passada, quando a Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência da Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou os Projetos de Lei nº 1.093/2023 e Lei nº 1.094/2023, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2024-2027, e que estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2024, respectivamente.

Na LOA 2024, o governador esclarece que o valor estimado da receita para o estado da Paraíba totaliza R\$ 19,42 bilhões, o que representa o crescimento nominal de aproximadamente 10,165% em relação ao que tava previsto na Lei Orçamentária anterior.

O relator das matérias é o deputado Branco Mendes que votou favorável aos dois projetos de leis, afirmando que ambos atendem

■
Caberá à Lei Orçamentária Anual detalhar as despesas para cada ano de vigência do PPA já aprovado pela Comissão de Orçamento

aos requisitos constitucionais da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais leis de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos.

O Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 é, na verdade, o planejamento governamental e contém as diretrizes, programas temáticos, objetivos e metas do Poder Executivo para despesas, bem como, para programas de duração continuada e a garantia de políticas públicas durante o período. Para construção do PPA o Governo do Estado realizou audiências públicas para a elaboração do texto, no mesmo instante da audiência para construção da Lei Orçamentária Anual. Foram 16 audiências em 14 regiões demarcadas pelo Orçamento Democrático Estadual - ODE.

Na mensagem enviada à Assembleia, a Gestão Estadual destaca que o PPA da Paraíba articula uma visão de futuro com o objetivo de construir “uma Paraíba em

boa governança, sustentável, inteligente e inovadora, com cidadania e respeito às diversidades e aos povos tradicionais”.

Caberá à Lei Orçamentária Anual (LOA) detalhar as despesas para cada ano de vigência do PPA já aprovado pela Comissão de Orçamento. O texto segue agora para ser apreciado em plenário pelos demais deputados em sessão ordinária. No caso do PL nº 1.094, em tramitação na Casa de Epitácio Pessoa, detalha as despesas de 2024.

Tanto o projeto de lei do PPA quanto da LOA, consideraram-se as seguintes mudanças estruturais no governo: a inclusão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior; e a criação do Programa Orçamentário de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Com relação aos valores previstos de duodécimos, o PLOA 2024 prevê: Assembleia Legislativa, R\$ 394,59 milhões; TCE, R\$ 184,16 milhões; Tribunal de Justiça, R\$ 860,64 milhões; Ministério Público, R\$ 332,77 milhões; e Defensoria Pública, R\$ 105,02 milhões. Os valores para os referidos Poderes e órgãos são os aprovados na Lei nº 12.561 de 08 de fevereiro de 2023 - LOA 2023, vinculada à fonte/destinação de recurso “500 - Recursos não Vinculados de Impostos”, acrescidos do percentual de 4%.

DIREITO AO ABORTO

CNJ vai apurar conduta de magistrados

Letycia Bond
Agência Brasil

O corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, determinou a abertura de um processo administrativo disciplinar para apurar a conduta das juízas Maria Luiza de Moura Mello e Freitas e Elfrida Costa Belleza Silva no caso de uma menina de 11 anos vítima de estupro que teve o direito ao aborto legal negado. Hoje as magistradas atuam, respectivamente, na 1ª e 2ª Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Piauí, em Teresina.

Na época em que o abortamento foi negado à pré-adolescente, ambas as juízas atuavam na 1ª Vara, que fica responsável por conceder medidas protetivas e cuidar de casos relacionados a tutela, guarda e adoção, conforme menciona despacho do processo. O desembargador José James Gomes Pereira, que já presidiu o Tribunal

Eleitoral do Piauí, até o ano passado, também está respondendo pela postura que adotou na oportunidade. Todos ganham salários acima de R\$ 40 mil, como demonstra o portal de transparência das contas da corte.

De acordo com os documentos disponíveis no processo instaurado no CNJ, a queixa foi registrada formalmente pelo Anis - Instituto de Bioética e parlamentares, entre os quais Erika Kokay (PT-DF). Um dos despachos relembra o caso, em detalhes. A garota era moradora de uma zona rural de Teresina e engravidou pela segunda vez após sofrer violência sexual. Ela foi proibida de abortar, por médicos e autoridades da Justiça, mesmo tendo direito assegurado pela legislação vigente no país.

A vítima chegou a ser constrangida por uma médica a levar a gestação até o fim, conforme veículos de imprensa denunciaram. A lei, no Brasil, descriminali-

za o abortamento em três casos: quando seguir com a gravidez representa um risco para a mulher; quando o feto apresenta anencefalia e quando a gravidez é resultado de um estupro.

O documento destaca ainda que, “segundo reportagens, a juíza Maria Luiza de Moura teria nomeado uma **defensora pública** para defender os interesses do feto”. As autoras da reclamação também argumentam que a menina já havia comunicado a intenção de realizar o aborto e, mesmo assim, após um mês da descoberta da gravidez, a juíza ainda não havia autorizado o procedimento, que foi liberado pela magistrada Elfrida Costa. Na sequência, o desembargador José James voltou se posicionar contra o aborto da vítima.

O Anis e as parlamentares afirmam que a atitude das juízas e do desembargador “é grave, já que reforça as estatísticas deletérias de uma cultura

machista e de violência diária contra as meninas e mulheres”. O que acreditam e apontam é que os três agiriam conforme motivações morais e/ou religiosas e posições ideológicas, o que não deve acontecer na aplicação da lei.

A Agência Brasil procurou as Varas às quais pertencem as juízas e o gabinete do desembargador e aguarda retorno.

Cenário no Brasil

Como já destacou a reportagem, em fevereiro deste ano, no Brasil, a maioria (67%) dos 69.418 estupros cometidos entre 2015 e 2019 tiveram como vítimas meninas com idade entre 10 e 14 anos. Esse foi um dos aspectos destacados no estudo Sem deixar ninguém para trás - gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência, do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz Bahia (Fiocruz).

José Altair Pereira Pinto (Barzinho)

17/12/2023 – Aos 78 anos, em Campina Grande (PB), em decorrência de um AVC. Advogado e ex-vereador e presidente da Câmara Municipal de Campina Grande (CMCG) na década de 1970 e no início dos anos de 1980. Era aposentado como **defensor** público.

Foto: Redes Sociais



Mortes na História

- 1065 — Fernando I, rei de Leão
- 1087 — Berta de Saboia, imperatriz do Sacro Império Romano-Germânico
- 1683 — Maria Francisca de Saboia, rainha de Portugal
- 1923 — Gustave Eiffel, engenheiro e arquiteto francês
- 1954 — Otacilio Camelo de Albuquerque, professor, médico, jornalista, escritor, poeta, dramaturgo, ator de teatro e político (PB)
- 1976 — Paulo Pontes (Vicente de Paula Holanda Pontes), dramaturgo, produtor de rádio e teatro, locutor, jornalista e tradutor (PB)
- 2003 — Adauto Pereira de Lima, agropecuarista, industrial e político (PB)
- 2005 — Jacinto Figueira Júnior, apresentador de televisão brasileiro
- 2007 — Benazir Bhutto, política paquistanesa
- 2008 — Geraldo Cavalcanti (João Geraldo Figueiredo Cavalcanti), radialista cerimonialista e repórter esportivo (PB)
- 2018 — Miúcha, cantora e compositora brasileira
- 2020 — Dom Cardoso (José Alves Cardoso), advogado criminalista, escritor, militante da imprensa, pesquisador, radialista, musicólogo e historiador (PB)
- 2020 — José Luiz Carbone, jogador e treinador de futebol brasileiro
- 2020 — Humberto Troccoli, **defensor público** (PB)
- 2021 — Aécio Flávio, político (PB)
- 2022 — Jair Bala, jogador e treinador de futebol brasileiro

19/02/2023 – Sônia Videres Cassimiro, defensora pública.

24/02/2023 – Gilvan de Alcântara Gusmão, defensor público.

11/06/2023 – Francisco Gomes de Araújo (Chico Araújo), advogado, defensor público e professor.

17/12/2023 – José Altair Pereira Pinto (Barzinho), advogado, político e defensor público.